

Mudanças recentes na gestão da barbárie no Brasil: violência e fundamentalismo

THIAGO CANETTIERI*

Resumo: O Brasil experimentou nos últimos tempos uma drástica mudança de direção nos rumos da política e da sociabilidade que foi amplamente documentada por uma série de autores. Buscando analisar a passagem de um governo petista para um *ultraneoliberalismo golpista entre 2016 e 2018* para, finalmente, ser marcada com a eleição de Jair Bolsonaro, o presente artigo é uma tentativa de interpretação do momento contemporâneo tendo como chave analítica o momento de crise absoluta do capital que coloca em xeque as formas básicas de sociabilidade constituídas até então e abre espaço para uma nova: a barbárie. Nessas condições a política se torna uma *gestão da barbárie*. O artigo envereda em sugerir uma leitura crítica de alguns elementos contemporâneos da cena política brasileira para apresentar, em linhas gerais, as mudanças recentes na gestão brasileira da barbárie com o novo governo de Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: crise do capital; crítica da economia política; dissolução do social.

Recent changes in management of barbarism in Brazil: violence and fundamentalism

Abstract: Brazil has recently experienced a drastic change of direction in politics and sociability, which has been amply documented by several authors. Aiming to analyze the transition from the PT government to a coup by ultraneoliberalism between 2016 and 2018 to finally be marked with the election of Jair Bolsonaro, this article is an attempt to interpret the contemporary moment having as an analytical key the moment of absolute crisis of capital that puts in check the basic forms of sociability constituted until then and opens space for a new one: barbarism. In these conditions, politics becomes the management of barbarism. The article aims to suggest a critical reading of some contemporary elements of the Brazilian political scene to present, in general terms, the recent changes in Brazilian management of barbarism with the new government of Jair Bolsonaro.

Key words: capital crisis; critical of political economy; dissolution of the social.



* **THIAGO CANETTIERI** é Doutor em Geografia. Pesquisador do Observatório das Metrópoles, núcleo RMBH.

Introdução

Como as coisas mudaram tão drástica e radicalmente em tão pouco tempo no Brasil? De 2013 para 2018, em cinco anos, a sociedade brasileira passou por uma transformação profunda. O governo do PT, depois de sucessivos golpes, esteve ferido de morte e prolongou, até 2015 o sofrimento moribundo de uma forma de gestão da sociedade brasileira que, a bem da verdade, já dava sinais de exaustão desde de bem antes disso.

A vitória de Lula em 2003 significou alcançar um projeto de sociedade. Foi neste momento, entre 2003 e 2009, que se colocou em marcha o projeto de desenvolvimentismo neoliberal – marca registrada do governo petista. Essa marcha para o abismo, evidentemente, já iniciava a fermentação de energias destrutivas, tanto ecológica quanto social. Poder-se-ia concordar com Marildo Menegat (2019, p. 96) que enxergou neste período uma “bem-sucedida gestão da barbárie”. As técnicas de governabilidade aplicadas visavam o apaziguamento das tensões sociais que já estavam colocadas desde o governo de FHC. Vale complementar: apaziguamento pelo mercado.

O modo lulo-petista de governar começou a ruir com a crise internacional de 2008/2009, quando a China – que crescia à época com taxas de dois dígitos por ano – reduziu a compra de *commodities*. Incapacitado de gerir a barbárie com as contas no vermelho, buscou alternativas para que a engrenagem da acumulação não cessasse a bem-sucedida gestão da barbárie.

Entretanto, a crise econômica é implacável em sua *secularidade*. Marx (2013) já havia percebido o movimento contraditório do movimento do capital.

A forma em que se desenvolve a sociedade burguesa só pode existir na medida em que amplia e acumula valor. Neste movimento tautológico de *valor que se valoriza*, a expansão só é possível na medida em que coloca barreiras para a própria expansão. Marx viu aí uma crise secular, um limite interno do capital. Como? Para expandir a exploração de mais-valor, os capitalistas devem aumentar o tempo de trabalho excedente. Só podem o fazer sob duas condições: i) aumentar a jornada de trabalho e ii) diminuir o trabalho necessário. A primeira opção não pode se realizar de maneira indefinida e, por isso, Marx via na diminuição do tempo de trabalho necessário a verdadeira universalização do capital. Para diminuir o trabalho necessário é preciso elevar a produtividade do trabalho, sobretudo com o emprego de maquinaria e de automação. A contradição reside neste ponto: a automação da produção expulsa trabalho vivo do circuito produtivo e, portanto, torna a produção de mercadoria anêmica de valor. Como o trabalho vivo torna-se algo em falta, a transformação de dinheiro em mais dinheiro se torna impossibilitada, exceto por meio de suas tramas especulativas do capital fictício.

Assim, o capitalismo tardio – da revolução da robótica e microeletrônica e da nova fase da globalização, encaminha para um movimento de *dissolução da forma social* (MENEGAT, 2019). O trabalho, tornado matéria escassa na sociedade, e que funcionou durante muito tempo como forma de interdependência dos indivíduos – que trabalham para sobreviver –, como forma de reconhecimento intersubjetivo – que se reconhecem pelo trabalho-, como forma de identidade – que se funda no

trabalho, ao sair de cena não coloca nada em seu lugar exceto a barbárie.

Quando as possibilidades colocadas pelo PT, que se aproveitou de uma conjuntura única, para uma gestão eficiente desta barbárie social saem de cena, não é de se estranhar que seu substituto seja ninguém menos que Jair Bolsonaro (PSL) – eleito presidente em 2018.

Dado o histórico do ex-deputado e agora presidente Jair Bolsonaro, de defesa do golpe militar, defesa do porte e posse de armas de fogo pela população, contrário a *ideologia de gênero* e fiel baluarte contra o *comunismo no Brasil* – as expressões são do próprio -, é de se esperar que a *forma de gestão da barbárie* se altere no Brasil.

O objetivo deste artigo é apresentar, em linhas gerais, as mudanças recentes na gestão brasileira da barbárie com o novo governo de Jair Bolsonaro. Ainda que esteja apenas no início, elementos suficientes para começar a esboçar uma crítica já foram colocados sobre a mesa. Assim, busca-se discutir como essa nova governabilidade se insere – de maneira mais ampla – no contexto da história do capital. As inflexões políticas, claro, não são tributárias diretamente de movimentos nas formas de acumulação, mas ambas são influentes uma sobre a outra. A mobilização de certos afetos¹ por este tipo de discurso implica na circulação de violência, que se generaliza, do fundamentalismo religioso, que cresce em influência, e na hipocrisia, que se torna forma de governo.

Começar a tatear este problema é a condição para que se efetive uma

oposição concreta à generalização da barbárie. A única via possível é a crítica.

Falência neodesenvolvimentista/neoliberal

A despeito da inflexão na trajetória do PT com um aceno enorme para o mercado desde a *Carta aos brasileiros*, o triunfo eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, despertou uma *esperança* de mudança. Mesmo com as promessas e concessões à meta-entidade que assombra os presidentes, com sua métrica própria de agitação e ansiedade, Lula era um líder sindicalista, forjado no fogo alto das greves do ABC, nordestino, proveniente do maior partido de esquerda do continente. Assim como outros governos de esquerda na América Latina, a virada para o século XXI havia evidenciado uma crise de legitimidade do neoliberalismo nestes países periféricos e dependentes. Entretanto, desde a primeira composição ministerial já ficaria evidente o que seria a contradição do governo do PT (BARBOSA DOS SANTOS, 2017). Neste momento havia se consolidado a ideia de atender algumas pautas sociais elencadas como prioritárias, como Fome Zero, ao mesmo tempo em que se prometia o “espetáculo do crescimento”.

Para tanto, o governo petista comprometeu-se com o ajuste neoliberal que estava se consolidando desde a redemocratização, em 1988. Os processos de liberalização, desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, reforma da previdência, desregulamentação do trabalho, a nova Lei de Falências, entre outros (BARBOSA DOS SANTOS, 2017).

¹ Conforme argumenta Vladimir Safatle (2015), uma sociedade pode ser descrita como circulam os afetos.

Assim como durante os anos FHC, o mecanismo do endividamento público foi perpetuado com uma renda mínima do capital com problemas crônicos de realização, o petismo-lulista estava aperfeiçoando um método de fluxo de caixa permanente irrigando a classe política em seu conjunto, consagrando a autonomia definitiva dos empreendedores políticos. Dois subsistemas rentistas sancionando de vez uma engrenagem de dominação econômica (ARANTES, 2007, p. 256).

Muito do que se aglutinou em torno do PT para sua eleição e base de suporte para os primeiros anos de governo foram organizações sociais que denunciaram e resistiram ao avanço neoliberal dos períodos anteriores. Entretanto, foram fagocitados e se transformaram em operadores do neoliberalismo. “Na realidade, a relação de confiança construída ao longo dos anos entre o partido e as organizações sociais foi instrumentalizada para neutralizá-los, facilitando a faca neoliberal” (BARBOSA DOS SANTOS, 2017, p. 51). Com o PT, se observou a incorporação de sua militância para projetos governamentais, uma tecnologia social de gestão que foi testada nas prefeituras petistas da década de 1980. Esses projetos eram, em geral, inócuos em oferecer qualquer forma de reverter a situação de dependência e de desigualdade no Brasil, mas foi um amplo sucesso de *desarticulação* da luta social. Lula atuava como um *mediador universal* que incorporava os conflitos pelo Estado. Entretanto, entre o choque de duas forças, vence aquela com mais dinheiro, já diria Marx (2013). O governo PT significou a ordem legada do neoliberalismo enquanto aplicou algumas políticas redistributivas.

O artifício para esse jogo foi aproveitar a onda do *boom das commodities*, a partir do crescimento acelerado da economia chinesa. A dinâmica macroeconômica entre 2003 e 2009 colocou em andamento a energia destrutiva, tanto ecológica quanto social, do desenvolvimentismo neoliberal (MENEGAT, 2019). Se a exportação das commodities implicou na inversão do déficit da balança comercial, significou a confirmação da subalternidade brasileira as tramas dos capitais internacionais. Ao mesmo tempo, desenvolveu o mercado interno por meio de ganhos reais do salário mínimo e uma farta oferta de crédito que levou a formação de uma *nova classe média* – ou uma *nova classe trabalhadora* (SOUZA, 2010). O que importa é que este aquecimento levou a uma verdadeira apoteose, criando rapidamente milhões de empregos de baixa remuneração e qualificação (POCHMANN, 2012). Tal artifício, entretanto, tinha vida limitada.

O *crash dos subprimes* nos Estados Unidos provocou um efeito cascata avassalador em economias de todo o mundo – inclusive da vigorosa China, que em questão de dois anos reduziu o crescimento pela metade. Essa redução do crescimento da China, evidentemente, impactou a economia exportadora brasileira, que teve que se haver com a redução das importações de seu maior parceiro comercial. A saída do PT foi colocar em andamento uma série de políticas anticíclicas para evitar um desastre ainda maior. Para manter o otimismo em alta, nada melhor do que *o cara* dizer que a crise não passava de uma *marolinha* e, logo as coisas estariam normalizadas. Duas grandes frentes de ações foram mobilizadas, a partir de recursos do BNDES e outros fundos públicos, para manter a economia brasileira funcionando. A

primeira, uma capitalização massiva da Petrobrás (pois a extração de petróleo mobiliza uma cadeia produtiva complexa). A segunda, grandes obras de infraestrutura (PAC), megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), e produção habitacional por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, que mobilizou recursos públicos para as grandes empreiteiras nacionais na produção do ambiente construído² (pois a construção civil, como atividade de baixa composição orgânica do capital, mobiliza muita mão de obra pouco qualificada).

O que o governo petista, tanto de Lula como de Dilma, construiu foi sua credencial para a “gestão desta crise social” (MENEGAT, 2019). Conforme Marildo Menegat, tratava-se de um governo voltado para escorar uma sociedade que desmorona.

Estas escoras são técnicas de gestão social da crise, intervenções que procuram fazer uma sutura num tecido social completamente esgarçado por índices alarmantes de desemprego que se transformam facilmente em violência cotidiana assustadora (MENEGAT, 2019, p. 136)

O PT teve que se haver com a hecatombe a sua frente. E suas escolhas dizem muito sobre o caminho que se seguiu e os seus pontos de chegada. Não se trata apenas de um *reformismo fraco*, como gostaria André Singer (2008). Depois de dezesseis anos, é possível avaliar que as políticas sociais concebidas não passavam de uma linha auxiliar da tentativa de reanimação econômica para determinados setores do capital (MENEGAT, 2019).

² Sobre a centralidade da produção de ambiente construído para a saída das crises do sistema capitalista, conferir David Harvey (1978).

A esfinge de 2013

Tal crise social explodiu em junho de 2013. De manifestações em São Paulo na primeira semana de junho, contra o aumento das tarifas de ônibus, trens urbanos e metrô de vinte centavos, rapidamente se alastrou por todo o Brasil. Apenas dez dias depois já se falavam de 350 mil pessoas nas ruas em 12 cidades diferentes.

Até então o Brasil era noticiado como um caso de desenvolvimento socioeconômico bem-sucedido, não só pelo próprio governo, mas por boa parte da imprensa mundial (SAFATLE, 2017). “Para quem via o Brasil com os óculos do lulismo, a revolta popular surgiu como um raio em céu azul” (BARBOSA DOS SANTOS, 2017, p. 85).

O que estava em questão é o esgotamento deste modelo de governo – o lulismo. Em primeiro lugar porque o “*lulismo não representou uma política de combate à desigualdade, mas uma capitalização dos pobres*” (SAFATLE, 2017, p. 89). A desigualdade brasileira, mesmo com toda a tecnologia de gestão mobilizada pelo PT não passou do que era nos anos de 1960, continuando mais desigual que países como Índia e China, Argentina, México e Peru. Os postos de trabalho criados em quase sua totalidade (93%) não passavam de um e meio salário mínimo (BRAGA, 2012). E mesmo assim, esses *novos batalhadores do Brasil* (SOUZA, 2010) viam a maior parte do seu salário ser corroído por gastos com educação, saúde e transporte, serviços que se esperava, diante da pujante economia nacional, fosse provida pelo Estado. Diante disso, não seria nenhuma surpresa lembrar que haviam cartazes “queremos escolas e hospitais padrão FIFA” nos protestos. Assim, não raro o destino destas

famílias é acabar por se afogar nas dívidas.

O que deu corpo ao mal-estar que mobilizou milhares nas ruas de todo o Brasil seria, ao final das contas, uma vida urbana danificada nas cidades brasileiras fraturadas e à beira do abismo (ARANTES, 2014). Pedro Fiori Arantes (2013) lembra que todo o crescimento econômico experimentado na crista da onda do *boom das commodities* e os níveis recordes de investimentos – para as empresas – não melhoraram as condições urbana. Pelo contrário, levaram ao limite do impossível a vida nas cidades.

Aqui é preciso lembrar este movimento significou a frustração das expectativas de quem *acreditou* que poderia melhorar de vida. A promessa do crescimento econômico que chegou na maior parte da população urbana não se realizou. As expectativas foram frustradas e rapidamente foram tomar as ruas demandando alguma resposta. Mas Dilma, que ocupava a cadeira de presidente como continuação do projeto do lulismo, não conseguiu dar nenhuma. Se ela acreditava que poderia gerenciar a inércia do governo anterior, em 2013 ficou demonstrado que não seria este o caso. A composição de seu ministério, conforme Vladimir Safatle (2017), inexistia o horizonte de aprofundamento de alguma reforma, mesmo de um *reformismo fraco*. Sua tentativa de enquadrar o sistema financeiro foi pífia, sua política de desoneração para estimular o empresariado nacional não foi apenas ineficaz, mas altamente nociva.

Se for possível tentar uma síntese desta esfinge, poder-se-ia sugerir que o problema em questão não era a *falta de integração* que a população urbana brasileira sentia. Eles foram bem integrados pelo lulismo. O problema é

que está integração estava atrelada às necessidades da economia. Na medida em que esta entrava em debacle, aquela também afundou.

Há ainda um outro elemento fundamental para interpretar 2013. A violência. Primeiro: a violência dos manifestantes. A tática black block foi amplamente empregada, os quebra-quebra, e todos os atos de vandalismos pareciam, de certa forma, respaldados pela sociedade – basta lembrar a convocação de uma “pesquisa de opinião” num programa sensacionalista de final de tarde que demonstrou a legitimação do vandalismo, mesmo que o apresentador, às pressas, tentasse contornar o vexame. Entretanto, existe um diagnóstico importante neste cenário: a violência foi a forma de veicular as demandas que não podiam ser veiculadas nos canais normais de comunicação e, portanto, foi generalizada e, de certa forma, autorizada. Segundo: a violência policial. Para responder a *falta de ordem* a política deu o troco de maneira energética. Se valendo de todo o equipamento recém-estreado para os grandes eventos esportivos, a polícia – e na sequência até o exército – tentaram reprimir as manifestações. Outro diagnóstico importante: a violência que estava nos espaços de exceção – limitada nas periferias e favelas das metrópoles brasileira – vazou para o asfalto e deu notícia da barbárie que já estava se ajeitando para aparecer em cena. Se o *welfare* petista foi fraco, não se pode dizer o mesmo do seu *warfare*.

Mas entre balas de borracha e coquetéis molotovs algo mais aconteceu.

Sabemos, ao menos desde o *18 de Brumário de Luis Bonaparte*, de Marx (2011), que em um contexto de revolta popular aparece um sujeito político emergente, que pode movimentar

transformações sociais, e um sujeito reativo, que atua como entrave regressivo. Em junho de 2013, houve a mobilização de uma energia negativa contra o poder – o mal-estar tomou conta das ruas das cidades e das metrópoles, de maneira agressiva. Entretanto, rapidamente, parte dessa energia negativa foi convertida em sujeito reativo, pedindo *ordem*.

Crise e golpe

Dilma Rousseff, de maneira muito apertada, vence as eleições presidenciais de 2014, mesmo com as ruas do país em chamas e um descontentamento massivo com os grandes eventos. Seu adversário, o psdbista Aécio Neves, na sessão do Senado seguinte já prometeu bloquear a aprovação de projetos e criar um cenário de instabilidade no Brasil. Com isso se deu início ao processo do golpe jurídico-parlamentar-civil da então presidenta eleita, Dilma. O primeiro semestre de 2016 foi marcado pelos trâmites dos ritos *legais e regulares* do impeachment – o que não deixa de configurar a ação como um golpe³: bastaria ver o icônico áudio vazado de Romero Jucá, em que propõe um “grande acordo nacional, com o judiciário, com tudo” para “estancar a sangria” no combate à corrupção ou a declaração de Michel Temer, em uma reunião com empresários de Nova York, em Setembro de 2016 – meses após o impedimento de Dilma: Dilma havia se recusado a aplicar o programa *ultraneoliberal* apresentado por ele e o PMDB, chamado *ponte para o futuro*.

Mas vale lembrar, junto de Vladimir Safatle (2017, p.80), que os atores do pós-golpe de 2016 eram os mesmos

negociadores que compunham o consórcio governista nos governos do PT.

Em suma, poder-se-ia dizer que o golpe jurídico-parlamentar-civil se concretiza como efetivação da agenda neoliberal, como uma forma que os capitais e seus agentes operadores encontraram para conseguir manter taxas de lucro, mesmo que dilapidando conquistas de direitos sociais, aumento a exploração do trabalho (via terceirização, reformas trabalhistas, reforma da previdência, flexibilização da definição de trabalho escravo) ou entrega das riquezas naturais do Brasil.

A reestruturação das relações de trabalho, sob o eufemismo de modernização (que, paradoxalmente, não poderia ser mais exato), bombardeado nas propagandas do governo federal, tem por objetivo proteger os capitais, reduzindo seus custos na mobilização de capital variável. Em contrapartida, o significado material dessa ‘solução’ é a precarização dos trabalhadores. Em 13 de Julho de 2017 foi sancionada pelo atual governo a lei nº 13.467 que flexibiliza relações trabalhistas. Antes dessa reforma já havia sido sancionada, no dia 31 de março do mesmo ano, a PL 4.302/1998 que flexibiliza a terceirização e, assim, permite terceirizar até mesmo a atividade fim. A terceirização promove perda de salário, de férias, aumento significativo do número de acidentes e doenças profissionais, além de impedir a organização coletiva dos trabalhadores. Mas o principal fundamento econômico é garantir volatilidade para o emprego da mão de obra. Ela é facilmente contratada e despedida para ser absorvida nos setores que precisam e descartada naqueles saturados. Por fim, é fundamental destacar o efeito perverso

³ Vale lembrar que posteriormente se entendeu que a presidenta não praticou crime de responsabilidade pela qual foi acusada e impedida.

da PEC 241 (55), a famosa PEC do Teto, que estipula um máximo para o gasto do Estado em setores de serviços públicos como saúde e educação. Uma espécie de efeito Titanic para um país em debacle: “Como não há botes para todos, ela pretende definir quem se salva e quem morre afogado” (MENEGAT, 2019, p. 141).

Todos esses impactos chegam a vida cotidiana popular levando à precarização. O golpe anuncia o achatamento das possibilidades de trabalho e de melhores condições de vida. Esse estreito horizonte revela apenas a patológica combinação de empreendedorismo, terceirização e austeridade, claramente nociva à saúde da classe trabalhadora, acompanhado da intensificação de acidentes, doenças do trabalho e depressão, configuram o cenário de um verdadeiro desastre social (CANETTIERI, 2018). Trata-se, sobretudo, de uma *atualização das formas de gestão da barbárie*.

Ao avaliar este cenário, Marildo Menegat (2019, p. 118) comenta:

O colapso da sociedade brasileira entrou num tempo de aceleração. Uma economia política da barbárie se consolidou e é ela que explica os movimentos de alterações dos direitos trabalhistas, das aposentadorias, do teto de gastos, e, inclusive, do campo da conduta dos indivíduos [...]. Esta nova *intencionalidade*, mais crua e brutal, precisa ser entendida para além de simples maniqueísmos políticos, pois, ao que tudo indica, nunca esteve ausente no período anterior que por ora findou.

O texto de Marildo, escrito em 2017, provavelmente ainda não poderia prever que essa *nova intencionalidade*, mais crua e brutal, se aprofundaria ainda mais com a eleição de Jair Bolsonaro, uma forma de continuidade imprevista

para o golpe de 2016 e que confirma as mudanças na forma de gestão da barbárie que o Brasil enfrenta.

Ditadura inacabada

Os fantasmas que assombram o Brasil desde 1964 mostraram suas faces, saindo das masmorras que estavam entrincheirados: começaram a pautar as ruas e as urnas.

Desde 2013 já havia uma mobilização, ainda pequena, que fazia parte os revisionistas da ditadura militar e pediam intervenção militar. Entretanto, o corpo deste setor da sociedade brasileira passou a crescer mais e mais com o processo de impedimento da presidenta Dilma. Na sessão de votação de impeachment, Jair Bolsonaro, prestou homenagem ao torturador Coronel Ustra. Dois anos depois, Bolsonaro concorreria ao pleito para presidente. Sua campanha foi marcada por elegias a ditadura militar. Jair Bolsonaro foi eleito com 57,8 milhões de votos, o candidato anticomunismo da extrema direita brasileira que mescla conservadorismo religioso e neoliberalismo econômico. Depois de eleito, na semana do *55º aniversário do Golpe de 1964*, Jair Bolsonaro autoriza a *comemoração* da ditadura pelas forças armadas e o canal de comunicação oficial do Planalto divulgou um vídeo que exalta a ditadura militar.

O que sustenta a convocação destes fantasmas? Onde estão estes fundamentos? Talvez, me parece, há algo da própria condição periférica e dependente do Brasil. Aqui, a modernidade incompleta revela um fundamento em sua profundidade que, sempre, esteve latente: a ditadura inacabada. O golpe militar de 1964 deixou tal modernidade periférica incompleta às claras: o território nacional destes países não passa de um

espaço para a exploração mais bruta e violenta de riquezas que são bombeadas para os circuitos globalizados do capital. Não é exatamente assim, em vários países da África, ou como foi o golpe de Pinochet no Chile, entre outros tantos exemplos? Discursos de liberdade, igualdade e fraternidade sempre foram interditados por aqui. O mote é uma versão mais brutal, mais sinistra e sombria: *lei, ordem e progresso*.

Seu *projeto*, dito por ele próprio como o grande trunfo de sua campanha que arrebatou milhões em todo o Brasil, é o de *concluir o projeto da ditadura*. Uma vez identificados os erros da ditadura, agora há que se levar até as últimas consequências, até uma solução final. O projeto inconcluso da ditadura não é apenas um projeto econômico. Insistir nisso seria errar o foco da análise. O projeto inacabado de ditadura está em torcer até a última gota a busca de mais-valor, reafirmando um projeto de dominação violento. Está em instituir um regime de visibilidade que não estão todos integrados: este é o seu pressuposto. Ouve-se o eco que ressoa desde o período do tráfico negreiro inscrito no próprio DNA da modernidade.

No Brasil, mesmo com a redemocratização, depois de 1988, uma série de concessões foram dadas, impedindo uma rememoração crítica que pudesse, de fato, superar a ditadura. Na própria *Constituição Federal Cidadã* está previsto o estado de exceção para manutenção da *lei e da ordem*. Faz parte da condição periférica que algo da exceção seja o que sustenta a lei, a ordem e progresso. Ou seja, há algo de normalidade dentro do sistema em países periféricos e dependentes que só funciona tendo por base um substrato violento, antidemocrático, brutal. É a

exata confirmação do que Tales Ab'Saber (2010) diz: “O que resta da ditadura? Tudo, menos a ditadura”.

Mais ainda: o projeto apocalíptico que ora ganha nas urnas orna muito bem com o momento de choque do próprio capital.

Da economia política da barbárie ...

O neoliberalismo como uma forma de transformação da sociedade, com a implementação de certas determinações – sobretudo jurídicas – conformou uma determinada forma de experiência intersubjetiva. Algo intrínseco para seu funcionamento foi suscitar um circuito próprio de afetos que se estrutura baseado no rancor social, das frustrações ou de ressentimentos. A subjetividade concorrencial do *homem empresarial* conduz, inevitavelmente a este terreno estruturado a partir da competição. Quanto mais a dinâmica de reprodução do capital neste momento se realiza, mais vemos indivíduos serem rifados, deixados à própria sorte e que, quando confrontados com este sentimento de fracasso e frustração, mobilizam as mais destrutivas forças.

O capitalismo neoliberal – que é o mesmo que o *capitalismo em crise* – só pode se realizar plenamente deixando um sem-número de sujeitos completamente destruídos, moídos pelas engrenagens da acumulação e abandonados pelas salvaguardas ideológicas. A resposta subjetiva que passam a construir é só uma: que não existe outro futuro para eles reservado que não seja a contínua violência. A destituição dos sujeitos abre espaço para uma mediação social talhada pelas violências que se tornam difusas e alcançam cada vez mais pessoas.

Assim, é fundamental sugerir que a ideia de *barbárie* é a nova categoria sintética capaz de dar conta de

compreender o capitalismo em crise (MENEGAT, 2003). A economia política da barbárie passa, portanto, pela compreensão da centralidade desta forma social de existência, já contida no projeto civilizacional do capital, para a constituição do campo social.

Uma sociedade, que teve as promessas da modernidade negadas, e agora tem que se haver com retrocessos civilizacionais não pode ser descrita de outra forma senão inserida numa *economia política da barbárie*. A forma do atendimento das necessidades humanas de sobrevivência e de intermediação são talhadas por essa determinação. Não é nenhuma surpresa reconhecer que hoje temos a produtividade mais avançada da história e ainda morram pessoas abatidas pelas mais crassas necessidades num mundo que a desigualdade continua a crescer. Uma economia política da barbárie implica numa experiência de tempo que não condiz com a da modernidade até aqui, de expectativas altas em relação ao futuro. Pelo contrário, experimenta-se o fechamento do horizonte de expectativas (ARANTES, 2014).

Diante deste encurtamento de expectativas em relação ao futuro, as eleições no Brasil de 2018 parecem traduzir com alguma exatidão o momento que se atravessa. Vimos nas campanhas presidenciais, primeiro e segundo turno, um discurso marcado por malabarismos discursivos, *fake news* e violência. Na primeira semana após o primeiro turno, em que o candidato Jair Bolsonaro abriu uma vantagem de dezesseis pontos percentuais do segundo colocado, Fernando Haddad (PT), foram catalogadas mais de 50 agressões de eleitores de Bolsonaro contra indivíduos contrários aos ideais representados pela sua figura. No sentido oposto, seis

agressões foram registradas. Achilles Mbembe (2017 [2016], s.p.) tem razão ao afirmar: “A política se converterá na luta de rua e a razão não importará. Nem os fatos”.

Seria o caso de revisitar e declarar tremendamente atual e importante a tese de Francisco de Oliveira (2006), apresentada numa entrevista, que a *política tem se tornado irrelevante*. Num mundo regido pelo mercado, chegaria o tempo da política perder a importância e se tornar apenas mais um momento dentro do circuito da acumulação. O cenário, entretanto, fica realmente *interessante* se nesta formulação percebemos que a acumulação se torna cada vez mais fantasmagórica frente a anemia crônica de trabalho vivo envolvido na produção. Paulo Arantes (2007, p. 228) parece concordar com Francisco de Oliveira (2006) ao dizer: “A decomposição da sociedade salarial tenha decretado o fim da política”. O fim da sociedade do trabalho como conhecemos implica, também, na destituição da política (ao menos como a conhecemos). Dá lugar a uma nova forma de gestão que ficará mais visível nas promessas e nas façanhas feitas até aqui pelo governo de Jair Bolsonaro. Assim, parece haver uma mudança na gestão da barbárie para um novo registro que, até aqui, apenas víamos a superfície.

... Para as novas formas de gestão da barbárie: violência e fundamentalismo

Assim, a gestão da barbárie brasileira passa para uma nova dimensão. O governo Bolsonaro promete, e vai ser capaz, de propor uma forma de gestão da barbárie que já dispensa as escoras que o momento anterior estava colocando – até porque o golpe de 2016 tratou de tirar essas escoras.

Sua campanha à presidência baseou-se na imagem que fazia, com suas mãos, duas armas de fogo. E não faltou referências a elas: num dos seus comícios ele convocava, fazendo do pedestal do microfone uma espécie de metralhadora, a seus seguidores a “metralhar a petezada”. Um de seus compromissos mais centrais e que foi objeto do primeiro decreto assinado por ele foi a flexibilização do porte de armas. Ainda, está em discussão a possibilidade de flexibilização da posse.

Mais do que um compromisso com as fabricantes de armas e munição a centralidade da posse e do porte de armas de fogo deve ser lido como uma forma de gestão da barbárie: trata-se de terceirizar para o cidadão o poder matar, dissolvendo de vez o “monopólio do Estado para o exercício da violência”. Num mundo em pedaços serão os indivíduos que decidirão sobre o uso dos corpos, cenário que mais se assemelha a Mad Max do que a 1984.

Mas essa *promessa de violência* não surgiu do nada. Ela já vem sendo construída, ano após anos, avançando pelas bordas da sociedade em esfacelamento. E, como foi no passado, será administrada. Não restam dúvidas que os três poderes, judiciários, legislativo – com a presença massiva da bancada da bala – e o executivo eleito serão capazes de metabolizar essa violência. Uma *blitzkrieg* do avanço dessa violência se anuncia, que poderá generalizar por todo o corpo da sociedade, inclusive aqueles que, até pouco tempo, conseguiam se resguardar. Portanto, não é nenhuma surpresa ver que o eleitorado de Jair Bolsonaro cresceu, sobretudo, entre os pobres urbanos, moradores de periferias – territórios já profundamente violentos, nas zonas cinzentas entre política e crime, entre narcotraficantes e milícias e

a ocupação militar. Os habitantes desses territórios já vivem isso cotidianamente e, agora, se torna a regra de toda a sociedade.

Vemos, com este governo, uma forma de explorar determinadas formas de ressentimento que o próprio desenvolvimento do capital desenvolveu. O desenvolvimento contraditório do capital faz circular entre os indivíduos o rancor, o conflito, a frustração, esses afetos acabam sendo melhor vocalizados pela extrema direita, com forte tendência autoritária, violenta e que pensa se valer de uma cisão social.

Se não há nada onde se segurar diante do fechamento dos horizontes de expectativas, a política é contaminada por essa frustração e dá vazão aos vários ressentimentos. As escolhas políticas são mais motivadas pela frustração profunda do que por alguma confiança de projeto para o futuro. Afinal, não há mais qualquer futuro. O ressentimento é o afeto político mais mobilizador.

Nessa situação não é surpresa alguma o aparecimento do fundamentalismo religioso. Olhando o mundo em descalabro, uma resposta que se tornou recorrente foi o apego a dogmas há muito superados de uma religião arcaica. A modernidade em estado de decadência implica num retorno para a religião que só pode ser compreendido como uma regressão causada pelo fracasso da modernidade experimentado pelas pessoas. A promessa de que a razão humana, por meio da ciência, tecnologia e do progresso, poderia, por si só, sem depender de Deus, para melhorar a vida humana na terra não vingou. Diante disso, a saída encontrada por muitos foi o retorno ao campo da religião.

Mas um retorno que não se dá em quaisquer termos. Embora o termo fundamentalismo religioso tenha, conforme lembrado por Costa (2014), o uso mobilizado para explicar o comportamento de “seguidores radicais do texto sagrado” de várias religiões, o fenômeno recente no Brasil tem que ver com o papel desempenhado pelas igrejas neopentecostais. Essas religiões, no Brasil, buscam estabelecer uma relação entre o *fundamentalismo religioso* e o *fundamentalismo político*, pautando a ação política pela verdade religiosa.

Estudando o caso do avanço do pentecostalismo fundamentalista na África Jean Comaroff (2012 p. 42) escreve que é essa a “*the form of religious life that have proved most adaptive to current social conditions*”. E quais são essas atuais condições sociais? Da desagregação social, de crise generalizada, de sentimento de frustração e ressentimento. Assim, o fundamentalismo evangélico contemporâneo se pauta por um uso midiático, emocionalmente sensacionalista e francamente materialista da fé. Por mais que tenha alguma diferença da ética protestante descrita por Max Weber, esta nova experiência não está, de nenhuma maneira, menos integralmente conectada ao espírito do capitalismo: mas trata-se de um capitalismo em crise.

A religião e sua leitura fundamentalista estariam, portanto, agindo como uma resposta subjetiva de indivíduos que experimentam o colapsar do mundo.

Portanto, vemos na gestão de Bolsonaro a integração simbiótica do discurso religioso a seu projeto político. Seu lema de campanha, além do nacionalismo exacerbado continha um anúncio dessa mescla religiosa: Brasil

acima de tudo, Deus acima de tudo. Portanto, não é nenhuma estranheza que Jair Bolsonaro tenha mobilizado para seu lado milhões de pessoas arrebatadas pelas pregações religiosas dos pastores. A ligação das igrejas evangélicas à política no Brasil é antiga (DIP, 2018), mas talvez tenha sido a primeira vez que vemos a conexão tão forte com o executivo nacional.

A influência da religião promete impactar o governo de Bolsonaro, seja, por exemplo, a nomeação da pastora Damares Alves para o ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos que diz pensar a família por um viés exclusivamente bíblico, sem reconhecer famílias homoafetivas, além de prometer a interseção do protestantismo com os desenhos das políticas públicas que possam ser efetivadas. Da mesma forma a nomeação de Iolene Lima para o cargo de secretária executiva do MEC tem esse sentido. Em uma das entrevistas a também pastora disse que contra uma educação laica e defende um ensinamento baseada em princípios bíblicos, conforme a ótica de Deus. E, evidentemente, o fundamentalismo religioso realiza, em seu próprio movimento, uma série de exclusões e garante respaldo *divino* para uma série de opressões. Trata-se de uma gestão da barbárie eficiente pois a força ideológica da religião faz, efetivamente, o que for julgado como necessário pelos asseclas a se realizar.

Diante do asselvajamento das necessidades da acumulação de uma modernidade colapsada, a gestão da barbárie mais explícita e cínica se torna a regra. Se tem em questão uma regressão que se efetiva, exatamente, pela sucessão histórica: paradoxo da catástrofe. A regra, portanto, se torna a “a continuação do Estado oligárquico militarizado do passado ligado no 220v

de um turbocapitalismo de rapina” (KLAUS, 2019, p. 174). Os primeiros a sentir na pele a gestão da barbárie incluída no colapso são as populações que, também, já sentiam a gestão da barbárie no período anterior. Mas agora, com a intensidade ainda mais elevada.

Veremos uma política baseada nos chavões mais esdrúxulos de populistas de extrema-direita em tempos de crise econômica que estão a aparecer por todo o mundo: baseado em racismo, misoginia, xenofobia, homofobia, anticomunismo, anti-intelectualismo e militarismo. Junto deste caráter arrasa-quarteirão, está o *ultraneoliberalismo* do “super-ministro” Paulo Guedes, que promete rifar aos capitais internacionais ávidos por valorização toda a riqueza brasileira.

Eis assim o cenário de um “capitalismo de fronteira em crise” (CUNHA, 2019, p. 183): o imenso crescimento de uma população “inempregável” que se acumula nas periferias precisa ser contida. Daí o sentido do mote “bandido bom é bandido morto”. Diante dessa barbárie, a figura divina é necessária para dar coesão ao que já está esfacelado. Daí o sentido da presença de figuras religiosas que exploram a fé. Junto disso não seria absurdo esperar a mobilização de um *lawfare* contra toda e qualquer oposição organizada, tendo para fazer o trabalho sujo *thinks tanks* juvenis e ideólogos paranoicos (CUNHA, 2019).

Dessa maneira, arriscando uma definição sintética da *nova gestão brasileira da barbárie* poder-se-ia dizer que se trata de uma mobilização de mecanismos já tradicionais (violência e fundamentalismo religioso) para promover a eliminação do *outro*, fazendo *circular o afeto do medo* como forma aglutinadora de seguidores de um *populismo autoritário*.

Semânticas da barbárie: fascismo ou outra coisa pior ainda

Nascidas e criadas na era do individualismo desenfreado, na era da indeterminação, milhões de pessoas, que confiaram nas promessas neoliberais acabaram se descobrindo traídas. Terminaram desiludidas. Expectativas frustradas, somadas ao individualismo frustrado levam a formas sociais muito parecidas com o que apareceu na Europa durante a década de 1930. Evidente que a comparação que surge, e toda a teoria crítica explicativa que é produzida, vê uma conexão do autoritarismo contemporâneo com o nazi-fascismo da primeira metade do século passado.

O que autorizaria falar de fascismo ainda hoje? De certo refere-se a um momento específico da história, os anos 30 e 40 do século passado. Mas também pode se referir à uma forma mais geral de uma determinada maneira de organização coletiva. Da forma como sugiro entender o fascismo, está em seu fundamento um determinado tipo de discurso que pressupõe uma cisão na sociedade para, tanto explicar uma crise, como solucionar uma crise: a eliminação do lado culpado. Para isso, malabares retóricos são usados, combinados com bravatas de efeito que arrebatam aqueles já sem esperanças. O que já foi bem colocado por Henri Lefebvre (2018 [1937], s.p.):

[O fascismo] oferece a síntese semiconsciente, semi-cínica desta tática reacionária: cuidar para que um problema tenha certa realidade, transformá-lo em um problema absoluto, em uma nuvem ideológica.

Essa nuvem ideológica oferece uma forma específica de enquadramento da realidade em que ocorre o choque do decaimento das expectativas. Cria-se a

figura de um *outro* e, a este é atribuído todos os males que assolam a sua *comunidade*. A distinção radical entre nós e eles é um dos pilares fundamentais. Seu complemento é a esperança de que a eliminação do *outro* possa recuperar o horizonte de expectativas que se fecha. Essa promessa de saída ganha adeptos que estão dispostos a ir até as últimas consequências, com todo o zelo necessário para que a solução final seja alcançada. O fascismo, tal como foi na Europa dos anos 1930 e 1940, foi uma forma *sui generis* de gestão da barbárie que passou a ser a própria barbárie.

Entretanto, há mais uma volta a ser dada nesta queda em parafuso. Talvez o termo *fascismo* não explique todo o drama que observamos desenrolar.

Se este fosse o caso, ainda se insistiria na metafísica moderna da história que chegou a acreditar no progresso tão fervorosamente e nega, na mesma intensidade, que as barbaridades do futuro sejam algo realmente novo. Melhor crer que se trata de um simples gesto de *regressão* ao passado. Para essa interpretação, seria uma mera reedição do fascismo dos anos 20 do século passado. Afinal, nesta autoconsciência o *novo* nunca, por princípio, poderia ser essencialmente pior.

A curva descendente da história demonstra hoje que não é este o caso. A barbárie não é apenas uma reedição do passado, tampouco se trata de mero acidente: ela é um modo específico de progressão da história.

Talvez, se se abandonar a metafísica moderna da história, estaríamos de frente não de uma reedição do fascismo, mas uma *nova forma de gestão da barbárie* que, também, por princípio, é a *própria barbárie*. Dessa maneira,

sugerir aqui que as mudanças recentes na gestão da barbárie que o governo Bolsonaro promove no Brasil, uma espécie de atualização das formas de gestão para um capitalismo em crise, implica em reconhecer a *novidade* desta forma de organização do social que é a barbárie. Tratar-se-ia de uma experiência de um “esgotamento civilizatório que de fato ocorreu” e, agora, toda a linha da história “já não se converte num elemento de progresso” (MENEGAT, 2003, p. 213).

Considerações finais

“*Só no fim é o que é na verdade*”, diz Hegel (2003). Há, depois de 212 anos desta sua afirmação, um singelo exemplo que confirma sua especulação. O fim da república do Brasil, sob os desígnios do governo Bolsonaro, revela seu verdadeiro conteúdo: a barbárie.

Para gerir essa barbárie o governo parece conseguir metabolizar o aparecimento de uma violência difusa e direta, organicamente legitimada tanto pelos representantes como pelos representados de uma república em frangalhos, ao mesmo tempo que alça a religião como forma justificadora de toda prática. Assim se consolida uma forma de gerir a vida sacrificável que se tornou a regra no Brasil.

Este desdobramento não é nenhuma surpresa: o Brasil se tornou uma máquina de moer expectativas. A atual etapa do desmoronamento da sociedade levou a gestação deste tipo de gestão. Há uma linha que conecta a ambos. A disputa em torno da forma que acontece a gestão da barbárie está determinada pela economia. Cada vez mais decrescente, os métodos se tornam cada vez mais esdrúxulos: o modelo de uma guerra total de todos contra todos se torna o único horizonte de expectativas.

Vale dizer que é o momento em que a valorização do valor entra em crise por conta da contradição interna e absoluta do capital que corresponde a aplicação mais brutal da lei do valor, que coloniza todas as esferas na medida em que sua substância, o trabalho vivo, torna-se mais escasso. A reprodução ampliada do capital pode, neste momento, encaminhar para um descolamento de suas formas políticas – o casamento entre capitalismo e democracia mostrou-se terminado. Em meio a esse esgarçamento do tecido social, de uma estabilidade precária, depressão econômica com aumento dos desempregos e depressão clínica com aumento dos suicídios, o desalento do crepúsculo dos otimismo ou de qualquer conforto, estaremos com as portas escancaradas para degradação e barbárie.

Nesse sentido, há que se dizer que a barbárie própria da forma do capital assume várias formas a depender do conteúdo histórico-geográfico que ela está inserida. Também, é importante ressaltar que o argumento aqui desenvolvido, não é sobre a inevitabilidade da barbárie. Busquei desenvolver aqui, na verdade, a demonstração que esta forma social, a barbárie, é uma consequência lógico-histórico do livre desenvolvimento do capital (MENEGAT, 2003) e que passa por uma série de atualizações sobre a sua expressão no campo social e simbólico.

Assim, é importante revelar o argumento subjacente deste texto: a categoria de barbárie é a única capaz de compreender os rumos atuais da sociedade e, mais do que necessário para a tarefa da crítica, é começar a chamar as coisas pelo seu nome. Identificar a barbárie, reconhece-la como tal é a condição para a

possibilidade de sua superação – caso contrário, estaríamos fadados a navegar neste veleiro destruído.

Sob tais condições, algum futuro para uma política emancipadora, progressista e orientada para a superação desta presente condição, é muito incerto. É exatamente com o neoliberalismo gerencial das crises do capital que aparece o risco de eliminação da possibilidade da política.

Diferentemente do que disse Marx uma vez, que o “comunismo é o enigma revelado da história”, a barbárie que é o enigma da história. Toda a discussão da dialética do esclarecimento de Adorno e Horkheimer (2006) está em lidar com o problema filosófico, teórico, social e político de nossa era: como a promessa de emancipação dá em seu contrário? Parece que ainda há muito para se avançar até conseguir entender os mecanismos deste movimento.

Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. São Paulo: Zahar, 2006.
- ARANTES, P. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARANTES, P. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARANTES, P. F. Da (anti)reforma urbana brasileira a um novo ciclo de lutas. **Correio da Cidadania**. 2013
- BARBOSA DOS SANTOS, F. L. **Além do PT**. São Paulo: Elefante, 2017.
- BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- COSTA, O. Das relações entre a modernidade e o fundamentalismo religioso. **Teocomunicação**, v.44, n.2, 2014, p.220-246.
- CUNHA, D. Bolsonarismo e capitalismo de fronteira. **Sinal de Menos**, ano 10, n.13, 2019, p.183-202.

DIP, A. **Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

HARVEY, D. The urban process under capitalism: a framework for analysis. **International journal of urban and regional research**, v.2, n.3, 1978.

HEGEL, G. 2003. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes.

KLAUSS, R. A nova cruzada do fantasma autoritário brasileiro: o bolsonarismo como fantasia e conclusão lógica do golpe de 1964. **Sinal de Menos**, ano 10, n.13, 2019, p.172 – 181.

LEFEBVRE, H. 2018. **A pseudo solução fascista**. Disponível em: <https://blogdaconsequencia.com/2018/10/10/a-pseudo-solucao-fascista-1937/> Acessado em 10 out. 2018.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**. São Paulo: Consequência, 2019.

MENEGAT, M. **Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie**. Rio de Janeiro: Dumará, 2003.

OLIVEIRA, F. Entrevista da Segunda. **Folha de São Paulo**. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2407200614.htm>. Acessado em 22 de março de 2019.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ROCHA, D. Ganhando o Brasil para Jesus: alguns apontamentos sobre a influência do movimento fundamentalista norte-americano sobre as práticas políticas do pentecostalismo brasileiro. **Horizonte**, v.9, n.22, 2011, p.583-604.

SAFATLE, V. **Circuito dos afetos**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2015.

SAFATLE, V. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três estrelas, 2017.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em 2019-04-05
Publicado em 2020-07-21